



## Nova droga contra o câncer tem de ser testada, alertam pesquisadores

Polêmica sobre o uso da fosfoetanolamina — ainda sem experimentos clínicos, mas apontada como revolucionária no tratamento da doença — foi debatida pela Comissão de Ciência e Tecnologia

**N**a audiência, especialistas apontaram o risco de comercializar a substância sem testes prévios que comprovem a eficácia e a segurança. Alysson Muotri, do Instituto Salk para Estudos Biológicos, na Califórnia, classificou como irresponsável a distribuição da droga sem que ela passe por análises pré-clínica e clínica rigorosas. Marcelo Morales, do CNPq, disse entender a ansiedade dos pacientes, mas afirmou que não se pode pular etapas. O assunto voltará a ser debatido na próxima semana em audiência conjunta de duas comissões. **3**

Participantes também discutiram o uso de animais em testes da indústria farmacêutica para o desenvolvimento de novos remédios



Pedro Franco/Agência Senado

## Mais poder legislativo a estados divide opiniões

Os efeitos da PEC que dá às assembleias estaduais o poder de legislar em questões de direito processual e de direito agrário, hoje reservadas ao Congresso, foram discutidas ontem em audiência. Participantes citaram o ris-

co de os estados criarem leis que tiram direitos do cidadão, aumentando o encarceramento. O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo disse que a PEC teria o efeito positivo de reduzir o número de ações judiciais. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão debate efeitos da proposta de emenda à Constituição que dá mais poder aos estados para criar leis

## Debate busca integração federal pela educação



Waldemir Barreto/Agência Senado

Os participantes de audiência na Comissão de Educação afirmaram que é preciso superar a hierarquização entre União, estados e municípios e a desigualdade de ensino entre as regiões para a implementação do Sistema Nacional de Educação Articulado em Regime de Colaboração. **8**

Especialistas discutem sistema previsto na Constituição para se elaborar, a cada dez anos, plano nacional de educação

**Projeto dispensa visto de estrangeiro nas Olimpíadas 5**

**Falha em fronteiras prejudica setor rural, aponta audiência 3**

**Plenário votará diplomatas para Indonésia e Benin 7**

**Falta de padrão em estatísticas prejudica defesa de mulher 8**

**CPI ouvirá secretários de Segurança sobre morte de jovens 8**

**Comissão abordará Acordo Transpacífico com chanceler 7**

## Seminário no Senado vai discutir energia nuclear

Naoto Kan, primeiro-ministro do Japão na época do acidente com a usina de Fukushima, é um dos

participantes (por vídeo) de evento sobre o uso da energia nuclear, que não polui, mas tem grandes riscos. **6**



Imagem de Fukushima em 2011, após terremoto e tsunami atingirem usina nuclear

Digitiz@Globe





Segundo Renan, "as matérias encontram-se em nítida evolução, graças aos esforços das diversas comissões da Casa"

## Renan: Agenda Brasil torna Senado proativo contra crise

Presidente da Casa fez ontem um balanço da pauta apresentada por ele para incentivar o crescimento do país e elogiou o empenho dos senadores em votar rapidamente as propostas prioritárias

### AGENDA BRASIL

A AGENDA BRASIL vai ajudar o Senado a ter uma atuação proativa e propositiva neste momento de grande dificuldade que vive o Brasil, na avaliação do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Nessa pauta, Renan compiliou matérias com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país, para terem prioridade na Casa. Ontem, em Plenário, o presidente do Senado analisou o andamento das propostas da Agenda Brasil e considerou o progresso da tramitação positivo. Ele disse que participou de uma reunião com Otto Alencar (PSD-BA) e Blairo Maggi (PR-MT), presidente e relator da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, responsável por analisar as propostas da pauta.

— As matérias encontram-se em nítida evolução, graças aos esforços das diversas comissões da Casa, tanto as permanentes quanto a especial. Já são 19 matérias da Agenda Brasil que avançaram, que brevemente chegarão ao Plenário ou irão à Câmara dos Deputados, à promulgação ou à sanção presidencial, conforme o caso — disse Renan.

Ele elencou várias propostas

da agenda e destacou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o PLC 77/2015, que estimula o desenvolvimento científico e tecnológico. Também fez menção ao PRS 84/2007, que fixa limites para a dívida da União e está em fase final de análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Renan lembrou que, no mês passado, o Plenário aprovou a PEC 33/2014, que inclui a segurança pública entre as competências não só dos estados como também da União, do Distrito Federal e dos municípios.

### Comissão especial

A Comissão do Desenvolvimento Nacional aprovou dois projetos que tratam de segurança pública. O PLS 25/2014 — Complementar estabelece que os créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) não serão alvo de limitação de empenho e movimentação financeira, quando a realização da receita não possibilitar o cumprimento da meta fiscal. A proposta, de Ana Amélia (PP-RS), segue agora para o Plenário.

Já o PLS 72/2014, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), instaura o sistema "repassa fundo a fundo", pelo qual 60% dos

recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) serão repassados pela União automaticamente a fundos municipais, estaduais ou distritais de segurança pública, desde que contem com conselho gestor, plano local de segurança pública e previsão orçamentária de recursos para o setor. A proposta segue para a Câmara dos Deputados.

— Faço este breve balanço para destacar os notáveis avanços conquistados, mas especialmente para agradecer e parabenizar os senadores e senadoras que atuaram ou atuam nessas matérias — disse Renan.

O relator da Comissão do Desenvolvimento Nacional, Blairo Maggi, afirmou que as reuniões da comissão têm sido muito produtivas. O estoque de matérias ainda é grande, disse, mas tem sido possível avançar na agenda. Blairo reconheceu que pode ocorrer algum "desconforto" com o pedido para que outros colegiados enviem projetos para a comissão especial. De acordo com o senador, porém, esse pedido tem servido como estímulo para a produção do grupo.

— É uma forma de agilizar várias matérias. A produtividade aumentou para todos aqui. Todos estão de parabéns no Senado — afirmou.

## Comissão discute preço da gasolina para aviação

A comissão que revisa o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) se reúne na segunda-feira, às 10h, com dois representantes da Petrobras, que irão explicar os reajustes nos preços da gasolina para aviação. Os integrantes apontam que, de maio de 2014 a julho de 2015, a Petrobras aplicou reajustes abusivos no preço do combustível, acumulando alta de até 101%, muito acima de

qualquer índice inflacionário. À tarde, a comissão promove audiência, às 15h, com representantes da Associação Brasileira de Parentes e Amigos de Vítimas de Acidentes Aéreos (Abrapavaa) e da Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo (Abesata).

Criada em junho, a comissão que revisa o CBA busca adequar a legislação às inovações

tecnológicas, considerando a massificação do transporte aéreo. Depois de aprovado na comissão, o anteprojeto de reforma do código será transformado em projeto de lei, a ser analisado pelo Senado e pela Câmara. A comissão conta com 24 membros, entre juristas, professores e engenheiros.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar dela

## Visitação ao Congresso volta a ser suspensa neste fim de semana

O programa de visitação ao Congresso Nacional será novamente suspenso neste final de semana. No sábado e no domingo, o Senado retomará as obras de troca do carpete do Salão Azul e de uma área do corredor que dá acesso à galeria do Plenário. Segundo a diretora-adjunta da Secretaria de Infraestrutura do Senado, Ana Lucia Novelli, haverá cheiro da cola utilizada para fixar o carpete. Além disso, o pessoal que fará a troca circulará nos locais por onde passam os visitantes.

A visitação será reaberta na segunda-feira, de acordo com o coordenador da Visitação

Institucional e de Relacionamento com a Comunidade do Senado, Aguirre Estorillo.

As visitas ao Congresso são feitas todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Os grupos saem do Salão Negro a cada meia hora, das 9h às 17h30. De terça a quinta, apenas grupos agendados são atendidos. As visitas são guiadas e incluem as principais áreas do Senado e da Câmara.

O programa de visitação atende em média 14 mil pessoas por mês. Detalhes podem ser encontrados em [www.congressonacional.leg.br/visite](http://www.congressonacional.leg.br/visite).

## Wellington comemora nova lei que prorroga concessão de lotéricas

Wellington Fagundes (PR-MT) comemorou a sanção, pela presidente da República, de lei que prorroga por mais 20 anos a concessão de 6 mil casas lotéricas. A medida, disse o senador, vai assegurar a continuidade dos serviços. Especialmente no interior, os moradores usam as lotéricas para pagar contas e receber benefícios, ressaltou.

Ele alertou para a situação em Pontes e Lacerda (MT). Mais de 5 mil garimpeiros chegaram nos últimos 60 dias para extrair ouro em um garimpo ilegal. Wellington pediu atenção do governo para regularizar a extração e assegurar serviços na região.



## Benedito de Lira pede que governo ajude o semiárido nordestino

Benedito de Lira (PP-AL) pediu ontem atenção do governo para melhorar a vida dos habitantes do semiárido nordestino, especialmente no apoio à agropecuária e no enfrentamento da crise hídrica.

Na opinião do senador, os produtores rurais deveriam ser incentivados a aumentar a produção. Ele citou a pecuária leiteira como geradora de emprego e renda. Benedito também criticou a falta de cuidado com o Rio São Francisco.

— Eu tenho uma preocupação grande com a transposição. Quantos bilhões estão sendo gastos? Amanhã ela não vai ter serventia se não cuidarmos do rio.



Fotos: Ana Volpe/Agência Senado

### CORREÇÃO

Diferentemente do publicado ontem na matéria "Firma reconhecida em cartório pode acabar no serviço público", Gleisi Hoffmann (PT-PR) havia apresentado uma emenda ao texto, e não duas, retirando do projeto o trecho que propõe substituição do controle prévio dos processos pelo controle posterior para identificação de fraudes ou falhas.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa

#### SESSÃO ESPECIAL Correio do Povo

14h Sessão especial para comemorar os 120 anos do jornal *Correio do Povo*, fundado em 1º de outubro de 1895.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Pesquisadores defendem mais testes para nova substância contra o câncer

Em audiência, especialistas apontaram o risco de comercializar fosfoetanolamina sem experimentos prévios que comprovem a eficácia

A POLÊMICA SOBRE a liberação ou não do uso da fosfoetanolamina — substância ainda sem testes clínicos, mas apontada como revolucionária no tratamento do câncer — acabou chegando ontem a debate da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre o desenvolvimento de tecnologias na área de saúde.

A questão da fosfoetanolamina foi levantada pelos senadores Hélio José (PSD-DF), vice-presidente da CCT, e Lasier Martins (PDT-RS). O assunto também será tema de audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) na quinta-feira.

Entre os expositores convidados pela CCT, prevaleceu o entendimento sobre o risco de comercializar um medicamento sem experimentos prévios que comprovem sua eficácia e segurança.

— A princípio, acho irresponsável distribuir uma droga para o câncer sem passar por uma fase pré-clínica e clínica rigorosa — opinou o biólogo Alysson Muotri, pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos, na Califórnia, com foco em autismo.

Parecer similar foi dado pelo



Alysson Muotri ouve o senador Hélio José durante o debate sobre o desenvolvimento de tecnologia na área da saúde

médico e também pesquisador Marcelo Morales, diretor do CNPq.

— Entendo a ansiedade das pessoas que têm câncer, desesperadas em usar um remédio que dê resultado. Mas, em relação à ciência, não se pode pular etapas — considerou.

## Testes com animais

Outro assunto controverso em pauta foi o uso de animais em testes realizados pela indústria farmacêutica.

De acordo com Helder Constantino, representante no Brasil da Human Society International (HSI), entidade que luta pelo fim de testes com animais em laboratório, um crescente número de artigos

científicos tem demonstrado a limitação dos testes de fármacos em animais, o que chegaria a impedir a extrapolação dos dados obtidos para humanos.

— A abordagem da HSI é se aproximar de cientistas que acreditam no potencial das novas tecnologias no seu campo de pesquisa e trabalhar com eles — comentou Constantino, defendendo a substituição de testes em animais por técnicas *in vitro* e computacionais.

Visão distinta foi expressada por Marcelo Morales, para quem o desenvolvimento de um medicamento passa, obrigatoriamente, por testes em laboratório com animais, protegidos pela Lei 11.794/2008. De qualquer modo, ele ob-

servou que o CNPq já lançou a Rede Nacional de Métodos Alternativos (Renama), admitindo ainda ser possível alcançar, paulatinamente, a redução no uso de animais em laboratórios de pesquisas.

Já Alysson informou usar modelos animais nas pesquisas sobre autismo, mas reconheceu as limitações para transpor os resultados para humanos. É nessa perspectiva que a Califórnia tem investido no estudo de novos fármacos com modelos humanos (células-tronco), acrescentou.

— Na Califórnia, você pode pular o teste em animal, enquanto aqui é requisitado [para liberação comercial de medicamento] — comentou.

## Humberto Costa elogia distribuição gratuita de remédio para hepatite C

O líder do PT, Humberto Costa (PE), destacou iniciativa do governo federal de distribuir três novos medicamentos para hepatite C, aumentando a chance de cura em 90% para cerca de 30 mil brasileiros que têm a doença.

Segundo o senador, uma pílula desses remédios chega a custar R\$ 4 mil, fazendo com que o tratamento some R\$ 330 mil. Ele frisou que não são apenas os mais pobres que se beneficiam do programa.

— O SUS é patrimônio de todos os brasileiros. Ele existe para atender todos. E é por isso que, em vez de atacá-lo, devemos preservá-lo e trabalhar para melhorá-lo — ressaltou.

## Dário espera que decisão do STF sobre o Funrural beneficie agricultores

Dário Berger (PMDB-SC) comentou ontem o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da Contribuição Social Rural, o Funrural. Trata-se de um recurso extraordinário, que está nas mãos do ministro Luiz Edson Fachin.

O senador disse que 60% dos agricultores brasileiros já não recolhem mais o tributo, que foi declarado inconstitucional duas vezes seguidas, mas agora os empregados rurais esperam uma palavra definitiva do STF sobre a questão.

— Se a decisão for contrária, os agricultores brasileiros talvez tenham que desembolsar de R\$ 35 bilhões a 40 bilhões, o que vai inviabilizar as pequenas e médias propriedades.

## Raimundo Lira pede providências contra a estiagem na Paraíba

Raimundo Lira (PMDB-PB) cobrou do governo federal solução emergencial para Campina Grande (PB), que enfrenta grave estiagem. Segundo Lira, a Barragem Epitácio Pessoa, que abastece a cidade e mais 17 municípios, somando 700 mil habitantes, tem apenas 15% do volume.

O senador advertiu que providências são necessárias porque garantir o abastecimento por carros-pipa para 450 mil habitantes é tecnicamente impossível. Ele anunciou que a bancada da Paraíba vai ao Ministério da Integração Nacional em busca de solução.

## Debate revela preocupação com defesa sanitária nas fronteiras

Deficiências no controle das fronteiras ampliam o risco de entrada de pragas e doenças que afetam lavouras e criações de animais, destacaram os participantes de debate na Comissão de Agricultura (CRA).

— O Brasil está cercado de países produtores de alimentos que importamos. Muitas coisas entram sem controle, por contrabando. É um cuidado que tem que ser redobrado. E mesmo o controle sobre produtos legalmente importados é falho — afirmou Ana Amélia (PP-RS), presidente da CRA.

Segundo a senadora, isso resulta no abastecimento do mercado interno com alimentos que podem ter sido produzidos com o uso de agrotóxicos proibidos no Brasil, correndo o risco de introduzir no país pragas já erradicadas.

— Muitas frutas que importamos da China, da Argentina, têm componentes químicos não liberados no Brasil.

Dário Berger (PMDB-SC) e Donizeti Nogueira (PT-TO) também alertaram para a gravidade da situação.

— Temos poucos fiscais, pouca estrutura e temos que fazer mais com menos, mas

precisamos fazer o mínimo necessário para garantir a sanidade animal e vegetal — frisou Dário, relator na CRA da avaliação da política de defesa sanitária agropecuária.

Para o senador, os avanços da participação do Brasil no mercado mundial e o acirramento das disputas comerciais aumentam as preocupações.

— Santa Catarina é o único estado livre da febra aftosa sem vacinação, é um ganho extraordinário que não podemos colocar em risco — observou.

A importância da vigilância sanitária para a exportação foi destacada por Edilene Cambraia Soares, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura. O agronegócio, informou, responde por 42% das exportações brasileiras. O país é o maior exportador mundial de carne bovina, café, açúcar, suco de laranja e frango. Em 2012, disse ela, as exportações do agronegócio atingiram US\$ 95,8 bilhões.

Frente às dimensões territoriais do país e à extensão das fronteiras, Ana Amélia ressaltou a necessidade de parceria dos estados, como o

serviço realizado pelos fiscais federais agropecuários mantidos pela União.

Ronaldo José Ribeiro, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, destacou a importância do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), que visa à simplificação e à racionalização dos procedimentos de vigilância sanitária.

— Como é um sistema de participação voluntária, só 11 estados estão aderindo ao sistema — lamentou a senadora.

Blairo Maggi (PR-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS) afirmaram que a produção de alimentos saudáveis é uma exigência do mercado e um objetivo perseguido pelos



Comissão de Agricultura discute o controle de alimentos para evitar pragas



# Debate aponta risco na ampliação de leis estaduais

PEC dá às assembleias dos estados poder para também legislar em direito processual e direito agrário. Especialistas veem, por exemplo, risco de excesso de prisões

OS RISCOS NA criação de leis estaduais em direito processual e direito agrário causaram polêmica na audiência feita ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na reunião, foi discutida a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/2012, que amplia a competência legislativa dos estados e deverá entrar na pauta da CCJ na quarta-feira.

Os riscos foram apontados pelo conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Renato da Costa Figueira, pelo secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Gabriel Sampaio, e pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e José Pimentel (PT-CE).

Figueira manifestou temor de que a permissão para as assembleias estaduais legislarem sobre direito processual, como consta da PEC, leve alguns estados a ampliar as hipóteses de decretação de prisão preventiva previstas no Código de Processo Penal.

Segundo ele, as cadeias, que estão superlotadas, não ressocializam os presos. O conselheiro da OAB advertiu que essa permissão para os estados viola o dispositivo constitucional que protege as cláusulas pétreas.

Também o representante do Ministério da Justiça manifestou preocupação. Sampaio citou como exemplo a possibilidade de uma alteração de prazo por norma processual nos estados afetar o direito de defesa. Ele viu dificuldade também em delimitar a fronteira entre uma norma de interesse regional, em que os estados poderiam exercer sua competência legislativa de forma plena, e a garantia de direitos fundamentais.

— É importante que esse tema seja debatido à exaustão. À luz da nossa Constituição



O senador Antonio Anastasia (2º à esq.) observa o presidente da Assembleia Legislativa de SP, Fernando Capez, no debate

e desse debate exaustivo, seremos capazes de avançar sempre mais no tratamento democrático da matéria.

## Meio ambiente

Após lembrar que 92% do ecossistema do Amapá é preservado, Randolfe expressou preocupação de que a competência para os estados legislarem sobre direito agrário, de forma concorrente com a União, leve à destruição dessa

natureza protegida. Ele advertiu que o poder econômico do latifúndio poderá funcionar na edição de normas de direito agrário de nível estadual.

Manifestou apreensão quanto à resolução dos conflitos agrários por norma estadual e quanto à possibilidade de flexibilização das regras de licitação pública em estados com pouco rigor no combate à corrupção. É que, conforme a PEC, além de legislar sobre

direito agrário, os estados passariam a ter competência para criar leis sobre licitação e contrato, de forma concorrente com a União.

Autor do requerimento para a realização da audiência, José Pimentel (PT-CE) afirmou que o problema maior não é falta de legislação. Ele lembrou que o número de presos no Brasil em dez anos subiu de 250 mil para 607 mil. Também há 200 mil pessoas condenadas com

mandados de prisão expedidos e não cumpridos por não haver vaga em presídios.

— O problema é de outra natureza, e não de legislação. Multiplicamos por três [o número de presos] nos últimos dez anos e não demos conta da violência. Muito pelo contrário: a violência está se expandindo — disse o senador.

No “mundo do processo civil”, acrescentou, há 105 milhões de ações tramitando nos vários fóruns para uma população de 200 milhões de habitantes. Para o senador, isso tem um mérito, pois “a sociedade acredita nas instituições e ajuíza seus processos”, mas tem um demérito:

— Estamos construindo uma população intolerante, que não consegue fazer a mediação e vai direto ao Judiciário. Hoje levamos em média 12 anos para uma prestação jurisdicional. Então não é falta de legislação. É falta de estrutura no nosso Estado, no Judiciário, para dar conta dessa avalanche de processos e, ao mesmo tempo, um ambiente em que a sociedade não conseguiu evoluir para se compor nos seus conflitos.

## Para deputado estadual, PEC reduzirá ações judiciais

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Fernando Capez (PSDB), afirmou que a PEC poderá ajudar os estados na redução das demandas judiciais. Ele citou o exemplo de seu estado, onde há 24 milhões de processos em tramitação na Justiça. Desses, 14 milhões são referentes a execução fiscal em que, na sua avaliação, se poderia evitar a judicialização.

— Poderíamos estabelecer um procedimento prévio de

conciliação em que o estado, o município e até a União façam convocação dos devedores, parcelamento dos débitos e protesto, para só então ingressar com a execução fiscal.

Capez disse que a intenção das assembleias, quando apresentaram a PEC no Senado, nunca foi no sentido de que os estados legissem sobre questão que restrinjam direitos e garantias individuais. Contestando o representante da OAB, ele afirmou que “isso está fora de questão”.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) discordou dos palestrantes que apontaram violação a cláusulas pétreas e garantiu que a PEC apenas dá início à revisão do pacto federativo. Sérgio Petecão (PSD-AC) disse que as assembleias têm custo alto e produzem pouco. Para ele, a PEC retira os parlamentos estaduais da ineficiência e reconhece a importância dessas instituições.

Davi Alcolumbre (DEM-AP) afirmou que a paralisação

do Estado prejudica o país e que as assembleias não dispõem de competência legislativa para fazer o Brasil avançar, “por causa desse engessamento criado na Constituição”.

O relator da PEC, Antonio Anastasia (PSDB-MG), salientou que a proposta não viola cláusula pétrea da Constituição. Segundo ele, ao contrário, fortalece a Federação, ao ampliar a competência legislativa dos estados.

## Paulo Rocha: graças ao governo, país tem a primeira geração sem fome



Paulo Rocha (PT-PA) comemorou em discurso no Plenário os 12 anos do Programa Bolsa Família, que atende 14 milhões de famílias, cerca de um quarto da população brasileira.

— O programa promoveu a inclusão social dessas pessoas, que antes viviam na extrema pobreza, sem ter o que comer — afirmou o senador.

Ele disse que, graças ao programa, o Brasil saiu do mapa da fome da ONU e reduziu a mortalidade infantil, a evasão escolar e o trabalho infantil.

— Todo mundo sabe que o Bolsa Família pôs comida na mesa de quem era extremamente pobre e, por esse caminho, o Brasil avançou e vai seguir avançando. Graças às ações do governo do ex-presidente Lula e da continuidade do governo da presidente Dilma, hoje temos a primeira geração de brasileiros sem fome e na escola — destacou.

## Regina critica sugestão de corte de recursos do Programa Bolsa Família

Regina Sousa (PT-PI) criticou a proposta do relator do Orçamento da União para 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), de cortar R\$ 10 bilhões dos R\$ 28,8 bilhões previstos para o Programa Bolsa Família.

— Os investimentos do governo federal no programa representam apenas 0,5% do produto interno bruto. Portanto, não é um programa caro e, por isso, não vamos permitir cortes — disse.

A senadora contou que 400 mil famílias se beneficiam no Piauí. Ela rebateu a crítica de que o programa estimula a preguiça. Regina informou que 525 mil pessoas que recebem o benefício são microempreendedores individuais e quase 2 milhões dos beneficiários já fizeram cursos do Pronatec.

— Quarenta mil famílias piauienses que eram assistidas pelo programa fizeram a devolução do cartão do benefício por não precisarem mais da ajuda do governo — afirmou.

## Lasier Martins diz que relatório da CPI da Petrobras é vergonhoso



Lasier Martins (PDT-RS) disse que o relatório final da CPI da Petrobras, da Câmara dos Deputados, é vergonhoso.

Ele reclamou que o documento não cita políticos nem gestores da empresa, propõe mudanças na delação premiada e não reflete o maior escândalo de corrupção dos últimos anos do país. Lasier lembrou que a corrupção apurada na Petrobras até abril passado chegou a R\$ 6,2 bilhões e as perdas com a desvalorização de ativos da empresa já passam dos R\$ 44 bilhões.

— Só que a CPI não viu nada disso — afirmou.

Lasier Martins considerou um erro a CPI desqualificar a Operação Lava-Jato e chamou de inaceitáveis as mudanças na delação premiada sugeridas.

— A colaboração premiada precisa ser louvada e fortalecida o tempo todo. Sem o mecanismo, muitos estariam soltos cometendo mais crimes.



# Estrangeiros podem ser dispensados de visto durante Olimpíadas do Rio

Objetivo de proposta que segue ao Plenário depois de aprovada por duas comissões é aumentar circulação de turistas e dinamizar economia

PROJETO DE LEI que permite a dispensa de visto para estrangeiros que visitem o Brasil durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 foi aprovado ontem por duas comissões: a de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A proposta segue agora para o Plenário do Senado.

O texto (PLC 149/2015) estabelece que portaria conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Turismo poderá determinar a dispensa unilateral da exigência de visto para estrangeiros de nacionalidades especificadas na norma.

Serão beneficiados aqueles que chegarem ao Brasil até 18 de setembro de 2016, com prazo de estada de até

90 dias, improrrogáveis, a contar da data de primeira entrada em território brasileiro.

A proposta define ainda que a dispensa unilateral prevista não estará condicionada à comprovação de aquisição de ingressos para assistir a qualquer evento das modalidades desportivas dos jogos. A lei resultante do projeto entrará em vigor na data da publicação.

— Acredito que a iniciativa trará benefícios similares àqueles observados na Copa do Mundo, quando o Rio recebeu quase 500 mil estrangeiros — disse José Agripino (DEM-RN), relator do projeto na CRE.

Para o senador, as Olimpíadas são “mais uma oportunidade para beneficiar toda a cadeia do turismo e dinamizar

o setor de serviços”.

A opinião é compartilhada pela relatora da proposta na CDR, Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora salientou que a dispensa de visto tem por objetivo facilitar o ingresso de maior número de visitantes no país. Assim como Agripino, ela avaliou que a medida deverá beneficiar a economia local.

Lídice reconheceu que a dispensa de visto, de modo unilateral, está em desacordo com princípio consagrado no direito internacional: o da reciprocidade. Ele estabelece que uma nação deve dispensar e receber, de outro país, tratamento similar nos mais diferentes campos de direitos e interesses.

No entanto, para a parlamentar, a concessão prevista no projeto de lei não diminui o mérito da proposta, tendo

em vista a presença de dois condicionantes. O primeiro é o fato de que o visto será concedido apenas para pessoas de países previamente determinados pelo governo brasileiro por meio da portaria a ser editada. O segundo é o prazo limitado em que o benefício prevalecerá, sendo previsto pelo próprio texto legal, ou seja, apenas para aqueles visitantes que ingressem no país até 18 de setembro do próximo ano.

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio envolvem a participação de 201 delegações e 70 mil voluntários. A última previsão de gastos com a realização dos eventos chegou a R\$ 38,26 bilhões, 58% bancados pela iniciativa privada por meio de patrocínios ou por parcerias público-privadas (PPPs).

## Dilma subestima inteligência do povo, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que há um sentimento popular de “angústia, desesperança e espanto”



diante da crise econômica e da corrupção. O senador afirmou que desde a posse de Lula, em 2003, a oposição tem alertado para os “desvios monumentais” do governo, mas a sucessão de escândalos causou a banalização da corrupção. Alvaro criticou as justificativas da bancada governista:

— É um acinte a presidente afirmar que seu governo não está envolvido com corrupção, é subestimar a inteligência dos brasileiros.

## Cássio defende novo pedido de impeachment

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), explicou que o novo pedido de impeachment



da presidente Dilma, protocolado por partidos de oposição, se fundamenta na edição, em 2015, de decretos de suplementação orçamentária, sem autorização do Congresso, em valores equivalentes a R\$ 800 milhões.

Segundo o senador, esse tipo de irregularidade é suficiente para materializar o crime de responsabilidade da presidente e, por isso, pode fundamentar o pedido de impeachment.

## Reguffe quer discutir planos de saúde coletivos

Ante denúncias de fraudes em planos de saúde, Reguffe (PDT-DF) propôs à Comissão Meio Ambiente



de e Defesa do Consumidor (CMA) audiência para discutir a situação e os prejuízos causados aos consumidores.

O senador afirmou que as operadoras não querem vender planos individuais, obrigando os interessados a criar, no papel, pequenas ou médias empresas para poder contratar plano coletivo. Só que, segundo ele, as pessoas não sabem que os coletivos não têm os mesmos direitos dos planos individuais.



Na reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, senadores acompanham a apresentação do relatório de Lídice da Mata, favorável ao projeto

## MP que altera lei das ONGs deve ser votada na terça

Está prevista para terça-feira a votação do relatório do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) sobre a Medida Provisória 684/2015, que altera o Marco Regulatório das ONGs (Lei 13.019/2014), adiando em seis meses a entrada em vigor da lei, de julho deste ano para janeiro de 2016.

Na última reunião da comissão mista que analisa a MP, quando foi apresentado o relatório de Barbosa, os

parlamentares pediram vista coletiva para que pudessem analisar melhor o parecer.

Barbosa explicou que recebeu 152 emendas e conseguiu incorporar a maioria delas ao texto original, deixando fora apenas aquelas que tratavam de assuntos diferentes do objeto da MP, os “jabutis”.

A intenção é evitar que o texto seja questionado depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir a in-

clusão em medidas provisórias de temas sem relação com o conteúdo original.

O relator destacou que pela primeira vez o Brasil terá um marco regulatório para as organizações da sociedade civil, com mudanças no texto que vão assegurar o fomento dessas instituições e o reconhecimento por parte do poder público da necessidade de desenvolver parcerias com elas.

Foram acrescentadas ao

relatório mudanças na Lei das ONGs que haviam sido incorporadas à MP 658/2014, que adiou a entrada em vigor do marco regulatório, pela primeira vez, para julho de 2015.

Na votação na Câmara, em fevereiro deste ano, entretanto, as mudanças foram rejeitadas e a MP foi aprovada apenas no texto original.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Comissão busca forma de tornar cidades sustentáveis

A Comissão Senado do Futuro fará uma audiência pública interativa na segunda-feira, às 16h30, para discutir o futuro das cidades e como torná-las sustentáveis.

A audiência foi sugerida por Wellington Fagundes (PR-MT), presidente da comissão:

— Queremos discutir qual

a melhor forma de as cidades se desenvolverem a partir de agora com uma qualidade de vida que possa atender a população. Vamos ouvir as experiências, os projetos e as pesquisas que cada palestrante vai trazer, para avançarmos no campo legislativo.

Estão convidados o presi-

dente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, Mariano Francisco Laplane, e o professor Oscar de Moraes Cordeiro Netto, do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB). Os Ministérios das Cidades e do Meio Am-

biente também devem enviar representantes.

O colegiado não tem a mesma característica de outras comissões do Senado, por atuar como órgão de estudos e consultas, sem caráter deliberativo.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Seminário no Senado na terça e na quarta-feira tratará da energia atômica. Naoto Kan, premiê do Japão na época do acidente de Fukushima, participará por videoconferência

# Especialistas falam na Casa sobre energia nuclear

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizará na terça e na quarta-feira o Seminário Internacional Usinas Nucleares — lições da experiência mundial, com o objetivo de discutir os benefícios e os riscos da energia nuclear. Foram convidados para o evento especialistas, cientistas e autoridades do Brasil e de outros cinco países.

O seminário ocorrerá no Auditório do Interlegis, do Senado, e será aberto gratuitamente ao público. A inscrição é pela internet (*veja o link no fim desta reportagem*).

Entre os convidados, estão Naoto Kan (por vídeo), primeiro-ministro do Japão na época do acidente com a usina nuclear de Fukushima, a francesa Monique Sené, doutora em física de partículas, o bielorrusso Vladimir Shevtsov, consultor em consequências sociais e de saúde de Chernobyl, o chileno Alfredo Pena-Vega, professor e pesquisador do Centro Edgar Morin, da França, o médico americano Jonathan Samet (por vídeo),



A usina de Fukushima, na costa do Japão, onde houve um acidente nuclear em 2011, após um tsunami atingir a instalação

diretor do Instituto de Saúde Global da Universidade do Sul da Califórnia, e a brasileira Emico Okuno, professora de física das radiações na Universidade de São Paulo (USP).

## Acidentes

O presidente da CCT, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que a necessidade crescente de energia no mundo faz com que muitos países se voltem para o uso da energia nuclear, que não gera poluição, mas

tem riscos. Se houver acidentes, a radiação afeta seres humanos, animais e o meio ambiente.

— Qualquer acidente em usina nuclear é fatal. Foi o que aconteceu em Chernobyl e em Fukushima. É por isso que vamos fazer o seminário com a presença de personalidades que acompanharam de perto as tragédias nucleares recentemente e poderão falar melhor sobre o assunto — explicou.

Cristovam é autor de um

projeto que suspende por 30 anos a construção de novas usinas termonucleares no país (PLS 405/2011). Ele se baseia no artigo 5º da Constituição, que inclui a segurança entre os direitos fundamentais.

Segundo o senador, “as condições atuais das usinas para geração de energia nuclear, especialmente com centrais nucleares próximas a aglomerações populacionais, não garantem aos cidadãos esse direito”. Ele acrescenta

que, “mais grave ainda, a ameaça atinge não apenas a população atual, mas também as gerações futuras por um longo tempo”.

## Pareceres

Na Comissão de Infraestrutura (CI), que dará a decisão terminativa, o PLS 405/2011 tem parecer favorável do relator, Roberto Requião (PMDB-PR). Antes disso, precisa passar na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde o relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO) defende a rejeição.

Na abertura do evento, estão confirmadas as presenças dos senadores Cristovam, Jorge Viana (PT-AC) e Hélio José (PSD-DF), do deputado Sarney Filho (PV-MA), ex-ministro do Meio Ambiente e criador da Frente Parlamentar Ambientalista, e do senador chileno Guido Girardi.

Veja a programação do evento: <http://bit.ly/SeminarioNuclear>  
 Inscreva-se no seminário: <http://bit.ly/inscricaouclear>

## Gleisi quer posição do PSDB sobre contas do governo do Paraná

Gleisi Hoffmann (PT-PR) cobrou posição do PSDB sobre relatório do Ministério Público ao Tribunal de Contas do Paraná



ça no resultado primário previsto para 2014: o governo do Paraná mudou um superávit de R\$ 2,4 bi-

que recomenda a rejeição das contas do governo do estado referentes a 2014.

Além de reprovar a organização administrativa e as gestões financeira, patrimonial e previdenciária, o MP questiona o desrespeito do estado quanto ao investimento mínimo em saúde. Segundo Gleisi, em 2014, o Paraná deixou de investir no setor R\$ 4 milhões.

Outro ponto questionado pelo Ministério Público, de acordo com a senadora, foi a mudan-

lhões para um déficit de R\$ 1,1 bilhão em 2015, quatro meses após o fim do exercício de 2014. A senadora acrescentou que o Executivo estadual também republicou o demonstrativo orçamentário e financeiro de 2014, com alterações nas despesas com pessoal.

— Tem que ter responsabilidade fiscal para a União, mas no Paraná, governado pelo PSDB, pode tudo, inclusive mudar orçamento que já foi fechado.

## Randolfe cobra nomeação do novo superintendente da Suframa

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que a presidente da República, Dilma Rousseff, precisa nomear o mais



rápido possível o titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e acabar com a interinidade no cargo, que já dura quase um ano. Ele ressaltou que, na Amazônia, além da Zona Franca de Manaus, mais 17 áreas de livre comércio têm atividades coordenadas pela Suframa.

O senador também criticou o fato de ter sido suspensa, há cerca de cinco anos, a transferência de parte dos recursos

da Suframa para obras de infraestrutura em Roraima, Amazonas, Rondônia, Acre e Amapá. Com isso, ele acredita que mais de R\$ 3 bilhões deixaram de ser investidos nesses estados, o que prejudica a população de toda a região.

— Está-se utilizando o dinheiro destinado às regiões mais carentes em infraestrutura para se fazer caixa, para se reforçar o chamado superávit primário, destinado a pagar a dívida pública e, com isso, deixar de destinar recursos aos investimentos necessários na nossa região — protestou.

## Vanessa Grazziotin registra o aniversário da cidade de Manaus

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) saudou o aniversário de Manaus, que completará 346 anos no sábado.



Ela relatou que, na década de 70, a capital do Amazonas tinha cerca de 300 mil habitantes e hoje tem mais de 2 milhões.

Vanessa observou que Manaus, como toda a Amazônia, enfrenta o desafio de se desenvolver, preservando e cuidando da biodiversidade da região. Ela lamentou que a cidade e a Região Norte continuem sendo pouco conhecidas dos brasileiros devido ao alto custo do turismo interno.

— As nossas cidades, lá da Região Norte, lá da Amazônia, que deveriam ser destinos obrigatórios de

todos os brasileiros e brasileiras, muitas vezes deixam de ser por causa do alto custo. Porque é mais caro viajar dentro do Brasil do que viajar para fora do Brasil. Mas esse esforço continuamos a fazer para que possamos ser o primeiro destino de todo brasileiro, porque qualquer gaúcho, paulista, cearense, antes de conhecer qualquer outro país do mundo, deve conhecer a Amazônia — disse.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Indicações de embaixadores vão para o Plenário

Comissão de Relações Exteriores aprovou nome de Rubem Barbosa para Indonésia, de Elizabeth-Sophie Balsa para Sri Lanka e Maldivas e de Ivaldo Villafañe para Benin e Níger

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem mensagens presidenciais com indicações de novos embaixadores junto à Indonésia, ao Sri Lanka e ao Benin. As mensagens serão agora examinadas pelo Plenário.

Para a Indonésia, foi indicado Rubem Antonio Corrêa Barbosa. Para representar o Brasil no Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas, foi apontada a ministra de segunda classe Elizabeth-Sophie Mazzella di Bosco Balsa. O ministro de segunda classe Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos foi designado para embaixador brasileiro na República do Benin e, cumulativamente, na República do Níger.

Durante a reunião, Villafañe foi questionado por Lasier Martins (PDT-RS) sobre a visita realizada pelo ex-presidente Lula ao Benin em 2013, numa comitiva com empreiteiros hoje investigados ou detidos pela Operação Lava-Jato. O senador fez menção a “aspectos éticos” relacionados a esse tipo de iniciativa, lembrando que se repetiu em outras nações africanas ou países marcados por regimes ditatoriais.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Edison Lobão (PMDB-MA) explicaram que a razão da viagem foi o ex-presidente ter priorizado a abertura de novos mercados para as empresas nacionais. Para Lobão, esse tipo de iniciativa é “extremamente comum” nas relações internacionais. O senador mencionou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que, no seu

entender, buscou objetivos semelhantes durante a sua gestão. Ele disse que chefes de Estado de outros países, como Estados Unidos, China e França, fazem o mesmo.

— O próprio Sarkozy, ex-presidente francês, nos visitou num 7 de setembro para trabalhar por acordos visando a companhias de seu país — disse.

Bezerra lembrou que chegou a fazer parte de uma comitiva, ainda durante a gestão de Lula, que esteve na Escandinávia e foi responsável pelo fechamento de diversos acordos com países da região.

— Acho que Lula merece reconhecimento, abriu muito espaço para a presença de nosso país no exterior — frisou.

Villafañe também considerou a viagem um tipo de ini-

ciativa diplomática comercial comum nas relações internacionais, igualmente presente na nossa tradição diplomática.

## Execuções

O diplomata Rubem Barbosa espera que a ratificação de seu nome e a entrega das credenciais ao governo da Indonésia possam significar uma “virada de página” na crise proporcionada pela execução de dois brasileiros pelo governo daquele país. Marco Archer e Rodrigo Gularte foram condenados por envolvimento com o tráfico de drogas e mortos, respectivamente, em janeiro e abril. O diplomata defendeu o acordo na área da defesa que está sendo negociado entre os dois países.

— Já vendemos lançadores de foguetes e a Embraer ne-

gocia 52 aviões Super Tucano com a Indonésia — lembrou.

Durante a reunião foi aprovada ainda a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia, por iniciativa de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

## Processo de paz

Já a diplomata Elisabeth-Sophie disse identificar um grande potencial de incremento comercial entre o Brasil e o Sri Lanka, com a consolidação do processo de paz naquele

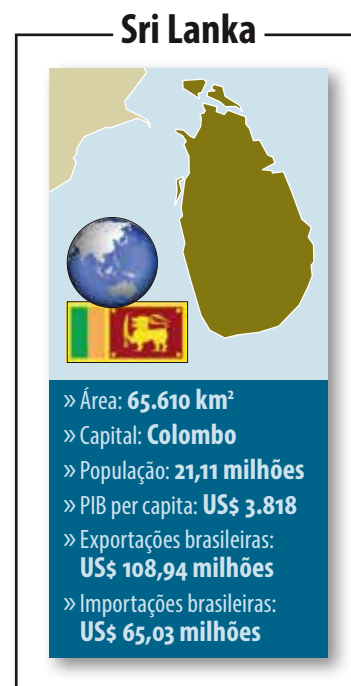
país. A guerra civil encerrou-se em 2009, e o Sri Lanka vem se abrindo para investimentos estrangeiros, buscando a recuperação da infraestrutura em áreas como portos, aeroportos, energia e plataformas digitais.

— O PIB cresce entre 6% e 8% por ano e o próprio Banco Mundial reconhece o Sri Lanka como um país de crescimento consistente — ressaltou.

Ela disse que o país também tem investido bastante na área do turismo.



Fonte: CIA World Factbook e www.investexportbrasil.gov.br



Rubem Antonio Barbosa responde às questões dos senadores durante sabatina, ao lado de Aloysio Nunes Ferreira, Elizabeth-Sophie Balsa e Ivaldo Villafañe

## Armênia homenageia presidente da Comissão de Relações Exteriores

O embaixador da Armênia no Brasil, Ashot Galoyan, entregou ao presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a Medalha Honorável da Assembleia Nacional, a mais alta condecoração do parlamento daquele país. A cerimônia ocorreu na reunião de ontem da CRE.

A condecoração demonstra o reconhecimento do governo armênio ao papel exercido por Aloysio na aprovação pelo Senado, em junho, de moção de solidariedade ao povo da Armênia pela passagem dos 100 anos do genocídio perpetrado pelo governo turco, em 1915. Galoyan destacou que o fato

teve repercussão positiva em seu país, levando-se em conta que cerca de 100 mil descendentes de armênios vivem no Brasil.

— São os sucessores de milhares de famílias que conseguiram fugir do país, e muitas encontraram acolhida no Brasil — ressaltou.

Para Aloysio, o genocídio armênio deve ser “lembrado e estigmatizado” em todo o mundo, pois foi um “atentado maciço e indiscriminado não só àquele povo, mas a toda a humanidade”.

— Que nos faça refletir também sobre a situação do mundo hoje, ainda marcado por milhões de vítimas inocentes de guerras e conflitos, e por tantos refugiados.

## Ministro será ouvido sobre Acordo Transpacífico, Venezuela e Bolívia

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, será convidado para falar à Comissão de Relações Exteriores (CRE) sobre o impacto que o Acordo Transpacífico (TPP, em inglês) pode ter na economia brasileira. O TPP inclui Estados Unidos, México, Peru, Chile, Canadá, Japão, Malásia, Cingapura, Vietnã, Brunei, Austrália e Nova Zelândia.

Outro assunto a ser discutido é o veto da Venezuela à presença do ex-ministro Nelson Jobim como observador internacional das eleições previstas para 6 de dezembro.

A CRE também pedirá explicações a Mauro Vieira sobre a visita do vice-presidente da Bolívia, Álvaro Linera, a São Paulo no início do mês. O presidente da comissão,

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), questiona se a viagem foi oficial, quanto custou aos cofres públicos, devido à presença de funcionários do governo brasileiro, e se as reuniões com Marco Aurélio Garcia (assessor especial da Presidência da República) no Instituto Lula tiveram caráter governamental ou partidário.

O senador ainda indaga se a embaixada brasileira em La Paz foi avisada da visita. Aloysio citou relatório recente de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), quando da aprovação do diplomata Raymundo Magno para a representação brasileira naquele país. Para Ferraço, o governo boliviano tem adotado práticas de desmoralização do corpo diplomático brasileiro.

## Para Collor, país tem se isolado no comércio mundial

Fernando Collor de Mello (PTB-AL) criticou a política externa do Brasil. Ele sugeriu mudanças destinadas a impedir o isolamento do país no cenário internacional.

Essa avaliação, segundo o senador, ganha força depois da criação do Acordo Transpacífico, parceria de livre comércio envolvendo 12 países, como EUA, Canadá, Japão, Austrália e Chile.

— Se continuarmos com a concepção e a prática da atual política externa brasileira, nossas exportações perderão cada vez mais competitividade — alertou.



Jefferson Ruy/Agência Senado



# Por ensino de qualidade, debatedores cobram diálogo entre entes federados

Audiência em comissão do Senado abordou a implementação do Sistema Nacional de Educação Articulado em Regime de Colaboração

O ESTABELECIMENTO DAS responsabilidades de cada ente federado (União, estado e município) foi apontado como medida fundamental para uma educação pública de qualidade na avaliação dos participantes da audiência pública realizada ontem na Comissão de Educação (CE).

Para os convidados, é preciso superar a hierarquização entre os entes federados e a desigualdade educacional nas regiões, para a implementação do Sistema Nacional de Educação Articulado em Regime de Colaboração.

— É preciso garantir um diálogo político permanente, com a ampla negociação que é necessária entre os entes federados, incluídas as entidades civis organizadas, o Fórum Nacional de Educação e o Congresso — disse o presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, João Ferreira de Oliveira.

Ele acrescentou que os desafios a serem enfrentados nos próximos anos serão o marco legal que institucionalizará o Sistema Nacional de Educa-



A senadora Fátima Bezerra conduz a audiência pública e defende que a vigência do Fundeb seja prorrogada até 2024

ção e a garantia da meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê ampliação dos recursos para educação até chegar a 10% do PIB.

Os debatedores destacaram que o Sistema Nacional de Educação deve ser elaborado utilizando o PNE como referência. A presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação, Gilvânia Nascimento, afirmou que o PNE “deve ser a espinha dorsal” do sistema.

O presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Idilvan Alencar, disse que o primeiro item a ser considerado num sistema nacional de educação

se refere à racionalização de recursos e otimização de gastos.

A gestão democrática, a valorização dos docentes, o financiamento da educação básica e a participação da sociedade foram outros temas considerados relevantes pelos participantes para um sistema nacional de educação ideal.

— O primeiro aspecto de como fazer um sistema nacional de educação é promover um efetivo diálogo com a sociedade. Isso precisa ser feito tanto pelo Congresso como pelo Ministério da Educação e pelas instituições — disse Gilvânia.

Fátima Bezerra (PT-RN), que

presidiu a reunião, afirmou que Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um dos mais importantes mecanismos de financiamento da educação básica no país e manifestou preocupação com o fim de sua vigência, em 2020.

— Devemos defender sua prorrogação fazendo as devidas reformulações. No mínimo, ele tem que ter a sua prorrogação até 2024 — disse.

Hélio José (PSD-DF) e Donizeti Nogueira (PT-TO) ressaltaram a importância da audiência para a cidadania.

## Falta unidade a dados sobre violência contra mulher

A diferença entre os métodos de avaliação das políticas de combate à violência contra a mulher prejudicam o enfrentamento do problema. O alerta foi dado por profissionais de saúde e operadores do direito que participaram da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizada ontem.

Segundo os participantes, as informações registradas pela Justiça e pelo Ministério da Saúde são discrepantes. Nas delegacias, os registros só podem ser feitos mediante queixa e muitas vezes as vítimas se sentem intimidadas. Nos serviços de saúde, os profissionais registram de

forma compulsória os casos de violência contra mulheres.

Francisco de Jesus Lima, do Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Piauí, falou sobre uma base de dados desen-

volvida por ele para mapear os casos de violência contra a mulher, chamada iPenha.

— Você terá a oportunidade de saber, em seu estado, qual é o município mais vulnerável à violência contra a mulher e, nesse município, qual é o

bairro mais vulnerável, e com isso desenvolver políticas específicas de emprego e renda.

A iniciativa foi elogiada por Regina Sousa (PT-PI), autora do requerimento de audiência:

— Vamos insistir que seja um modelo nacional, em que saibamos que aquele dado existe e foi colocado lá pela delegacia, pelo Ministério Público, pela saúde. E pode ser usado por todos aqueles envolvidos com essa questão da violência.

O promotor colocou o sistema desenvolvido no Piauí à disposição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para uso no registro nacional de dados sobre a violência contra a mulher.



A senadora Regina Sousa fala no debate sobre violência contra as mulheres

## CPI do Assassinato de Jovens quer ouvir secretários de Segurança

Secretários de Segurança do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Ceará serão convidados para apresentar dados sobre homicídios de jovens. O requerimento foi aprovado ontem pela CPI que investiga o assassinato de jovens.

De acordo com a autora, Lídice da Mata (PSB-BA), uma das preocupações é “a ausência de dados qualificados para que seja possível

realizar um diagnóstico preciso sobre as diversas nuances das mortes violentas de jovens a fim de propor medidas mais efetivas de enfrentamento do problema”.

O colegiado aprovou outros requerimentos. Um deles é para um debate sobre violência, para o qual devem ser convidados a psicanalista Maria Rita Kehl e os jornalistas Gilberto Dimenstein e Caco Barcellos.

## Comissão debate demora em julgamentos em tribunal

A demora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgar processos relativos a aposentadoria, Sistema Financeiro de Habitação, FGTS e remuneração de servidores públicos será tema de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) nesta segunda-feira, às 9h.

O debate foi pedido por Paulo Paim (PT-RS), preocupado com o acúmulo de processos nessas varas federais,

que atendem Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e os estados da Região Norte.

Para discutir a atuação do TRF-1 estarão presentes, entre outros, a vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargadora Neuza Alves; a vice-presidente do Conselho da Justiça Federal, Laurita Vaz; e a procuradora regional da República e conselheira do Conselho Nacional de

## Brasil é recordista em mortes violentas, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem a aprovação de projeto dela que proíbe o contingenciamento, pelo governo, dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

A senadora também pediu apoio para a proposta que reduz o privilégio do preso quanto ao chamado saidão, que é o benefício de saída temporária concedido pela Justiça em datas comemorativas

A senadora justifica os projetos lembrando que no Brasil são registrados todos os anos 59 mil mortes violentas, como homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte:

— Nem o Iraque, que vive a ressaca de um conflito armado, nem o México, que tem uma guerra entre cartéis, conseguiram superar o Brasil no ranking da violência.

## Telmário incentiva a construção de ciclovias pelo país

Telmário Mota (PDT-RR) pediu mais atenção do poder público para o uso de bicicletas no transporte urbano, que considera uma alternativa de baixo custo frente à crise. Ele elogiou os planos de implantação de ciclovias em Brasília e São Paulo.

O senador admitiu a falta de consenso em torno das ciclovias, mas espera que os projetos contribuam para humanizar a vida nos centros urbanos.

— Nem sempre a opção em introduzir condições de vida mais sustentáveis nas áreas urbanas usufrui de consenso. Muitas vezes, significa reduzir privilégios de alguns favorecidos e generalizar, para toda a população, o acesso aos benefícios das áreas públicas — ponderou.



Ana Volpe/Agência Senado

ACOMPANHE E PARTICIPE

SEGUNDA, às 9h

► Envie sua pergunta ou sugestão:

• <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• Alô Senado: 0800 612211

► Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)